

EDUCAÇÃO NO BRASIL: FATOR EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES EM REGIÃO DE FRONTEIRA

Educación en Brasil: el Factor de la Emancipación de la Mujer en Región Fronteriza

Larissa Campos NUNES*
Cláudia Araújo de LIMA**

Resumo: Este artigo pretende abordar algumas questões referentes à educação, em especial, a formação de mulheres jovens que vivem e estudam em região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia. A educação como fator importante para a independência feminina (emancipação), no enfrentamento pela igualdade de direitos, expressada a partir da aplicação de questionário semiestruturado – da representação social das ingressadas na universidade, entre outras questões como o feminismo e o desenvolvimento das mulheres. Os resultados encontrados abordam as inquietações acerca do número massivo de mulheres no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus do Pantanal*.

Palavras-chave: Educação no Brasil; Educação de Mulheres; Emancipação de Mulheres; Formação de professores.

Resumen: Este artículo abordará algunas cuestiones relacionadas con la educación, en particular, la formación de los jóvenes que

Introdução

Este artigo de origem bibliográfica e de análise de questionário aplicado para discentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, parte da ideia de querer conhecer um pouco da história da educação de mulheres no Brasil, nomeadamente, para poder compreender o porquê do curso de Pedagogia ter um número maior de mulheres. Historiograficamente, as mulheres de todo o mundo foram e ainda estão sujeitas às doutrinas, regras, exclusões, silêncios e tudo que tange ao impedimento de ascensão como um ser

* Discente do 7º semestre no curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em políticas públicas, direitos humanos, gênero, vulnerabilidades e violências - NEPI PANTANAL – Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação Social – PPGE/CPAN/UFMS, Projeto Observatório Eçaí: Educação, Saúde, Desenvolvimento e outros direitos humanos de crianças e adolescentes na fronteira Brasil e Bolívia. E-mail: larissacnunes@gmail.com

** Pedagoga. Doutora em Saúde Pública. Profa. Adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Líder e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em políticas públicas, direitos humanos, gênero, vulnerabilidades e violências - NEPI PANTANAL – Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação Social – PPGE/CPAN/UFMS, Projeto Observatório Eçaí: Educação, Saúde, Desenvolvimento e outros direitos humanos de crianças e adolescentes na fronteira Brasil e Bolívia. E-mail: claudia.araujolima@gmail.com

viven y estudian en la región de la frontera entre Brasil y Bolivia. La Educación como un factor importante para la independencia de las mujeres (emancipación), en la confrontación para la igualdad de derechos, de la aplicación de cuestionario semi-estructurado de representación social de ingresadas en la Universidad, entre otros temas como el feminismo y el desarrollo de las mujeres. Las preocupaciones de la dirección de resultados sobre el enorme número de mujeres en el curso de pedagogía en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

Palabras clave: Educación en Brasil; Educación de las mujeres; Emancipación de la mujer; Formación docente.



social. Uma vez que os homens sempre tiveram maior prestígio e oportunidades em todas as áreas da sociedade, faz-se necessário compreender esses avanços femininos. Este breve estudo acerca da trajetória das mulheres e sua formação como educadoras contribui para compreender como a emancipação dessa categoria acontece no Brasil.

A Educação pode, realmente, propiciar a autonomia feminina? Como a Educação pôde e pode ajudar durante esse processo? Quais são os pressupostos que antecedem? Como se deu esse processo? Qual a principal explicação pelo qual as mulheres não foram educadas da mesma forma que os homens? Como elas lidavam com as questões que lhes eram impostas? Em que momento os estereótipos de “mulher do lar” começaram a ser rompidos? Acerca da história vivenciada por muitas mulheres no passado, alguns questionamentos tornaram-se pertinentes e necessários. Enfim, essas foram algumas das inquietações a respeito da Educação de Mulheres no Brasil que me motivaram a estudar esse tema.

“A massiva presença de mulheres no professorado marca a formação e o reconhecimento social da profissão, neste persistente quadro desigual [...]”. (BRASIL, 2013, p.23). Diante dessa informação de desigualdade de gênero acerca de uma profissão específica, novamente, questiona-se: Por que a maioria dos egressos no curso de Pedagogia na UFMS-Campus do Pantanal¹ ainda continua sendo do sexo

feminino? Por que optam pelo curso? Quais são as dificuldades e os problemas enfrentados pelas mulheres na busca da permanência na universidade? O presente estudo pode ajudar a compreender o motivo de ser um “curso feminino” e como estereótipos podem ser rompidos acerca desta realidade.

Educação de mulheres: uma breve trajetória

Conforme afirma Bourdieu (2009, p. 82), quanto às mulheres “se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. Desde o princípio escrita por homens, a história das mulheres sempre foi silenciada no mundo, no Brasil e nos demais países latino-americanos. Esses registros apresentam um histórico de dificuldades e pequenos avanços, no entanto significativos ao longo do tempo.

O direito à educação está previsto na legislação internacional desde 1.945, conforme a Carta das Nações Unidas² onde o valor do ser humano é reconhecido, bem como a igualdade entre homens e mulheres. A partir de então, ficam legitimados os direitos humanos³ inerentes a todos os seres humanos. Estes direitos tomam maior proporção, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴ agora como uma premissa a ser efetivada por todos os povos e nações. Todavia, a educação das meninas sempre foi um desafio. Elas sempre foram historicamente excluídas, e infelizmente chega-se ao século XX com a realidade de que “60% não tem acesso à educação primária”, conforme evidenciado no Marco de Ação de Dakar⁵, no ano 2000.

As Conferências Mundiais de Educação anteriores à Dakar, sobretudo, a Conferência de Jomtien (Tailândia), foram fundamentais quanto ao enfoque de acesso educacional para todos, com atenção maior às meninas, uma vez que se observou nos relatórios, o distanciamento entre meninos e meninas matriculados nas escolas.

Educação de Mulheres: no Brasil

Quanto à temática acerca da inserção das mulheres na educação (como docente), bem como ao seu acesso no sistema educacional (como discente) – contextos que eram tomados por silêncios e que passam por rupturas – alguns estudos são revelados. Recentemente, um número significativo de publicações vem revelando o fortalecimento expressivo desse interesse, como atesta o crescimento de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos versando sobre o tema (SILVA, 2008, p. 223). Escrever sobre a história feminina no Brasil não é algo de fácil acessibilidade, posto que essa trajetória

perpassa momentos históricos onde a presença da mulher não é reconhecida ou poucas vezes é citada. Desconsiderada durante séculos, somente nos anos 1980 a temática emergiu. Isto é, foi durante o século XX que de fato a educação passou a ser ofertada às mulheres. Conforme o Art. 205, previsto na Constituição Federal de 1988, a Educação, no Brasil, é um direito de todos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205, CF, 1988).

Mesmo prevista em lei, no que se refere ao acesso à educação, a população feminina em geral passou por desigualdades. Meninas e mulheres eram marginalizadas dentro do sistema escolar. De certa forma, isso era uma maneira de negar o conhecimento, uma vez que a educação de mulheres era restrita aos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, portanto cabia a elas uma situação inferior ao homem, em que as mesmas estavam sujeitas à ignorância social.

Na verdade, as mulheres sempre estiveram sujeitas à autoridade masculina, isto é, a postura submissa foi imposta para as mulheres, “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’ [...], quanto os homens tomam maior lugar com o seu corpo, sobretudo em lugares públicos” (BOURDIEU, 2009, p. 39).

Apenas no século XX fica evidente uma desigualdade quanto à educação de meninas e mulheres, como aponta Louro:

As tarefas destes mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisto consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mais logo algumas distorções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (LOURO, 2012, p. 444).

Da Colonização do Brasil até a expulsão dos Jesuítas da Colônia⁶, em 1759, a educação era tida como algo elitizado e voltado para os homens, e conforme aponta Almeida e Boschetti (2012, p. 226), “era destinada aos filhos (homens) dos *principais da terra*” e acerca da educação de meninas e mulheres era vista como uma educação “dispensável e até mesmo prejudicial”. Mesmo essa educação sendo baseada numa pedagogia de cunho religioso de “servidão a Deus”,

Para os jesuítas, a função crucial do homem era sua servidão a Deus, e nisso se baseava sua pedagogia. Nesse servir, a obediência, o temor, a ordem, o ascetismo, a pureza do corpo e da alma, a confissão dos pecados, a contrição e o perdão eram imperiosos na educação cristã que se ministrava nos colégios (p. 226).

Quanto à atividade docente em nosso país, a mesma foi iniciada por homens religiosos – os jesuítas, entre 1549 e 1759. Depois, os homens do magistério eram os responsáveis por ofertar as aulas régias (por conta própria). Com a Independência, em 1822, o Brasil se vê diante de um novo cenário político, em que a educação pública

passa a ser cogitada, mesmo que “o regime escolar continuava adequado para uma Nação que, ao tentar se fortalecer, mantinha uma cultura antidemocrática encarregada de preservar privilégios de uma minoria” (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012, p. 227).

Em meados do século XIX, começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para ofício de formação de professores de ambos os sexos, mas com o abandono das salas de aula por parte dos homens (preocupados com outras ocupações), a feminização do magistério se efetivou.

As mulheres podiam dar aulas, porém eram exigidas delas algumas precauções e acordo, principalmente, que fosse uma ocupação transitória “a qual deveria ser abandonada sempre que impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 2012, p. 453) Isto é, “de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública [...] devendo submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela” (RAGO, 2004, p. 35).

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina (SILVA, 2008, p. 227).

“As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens” (LOURO, 2012, p. 447) Isso sem mencionar a exigência de uma formação cristã. Isto é, “tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor [...]” (LOURO, 2012, p. 447).

Segundo Louro (2012, p. 449), quanto “a identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas”, em que a mulher era vista como “portadoras de cérebros “poucos desenvolvidos”. Isso fica evidente quando Margareth Rago aponta o conceito de mulher.

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e aperfeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental (RAGO, 2004, p. 31).

No âmbito da Educação, ao longo da história do nosso país, vemos desigualdades na questão referente ao gênero feminino. A questão do gênero foi discriminada por inúmeras vezes e, conforme aponta Rosemberg (2001, p. 516), apenas na década de 1990 que o foco muda, uma vez que “o Conselho Executivo do UNICEF elege a ‘menina’ (girl child)” como prioridade para aquela década. Deste momento em diante, lutas foram travadas no intuito de questionar a realidade

social que sempre foram impostas para as mulheres. Por meio de registros e relatos, a história das mulheres foi sendo incorporada e refletida na sociedade. Anterior a isso, os direitos das mulheres à educação não eram uma preocupação central. Escrita historicamente pela visão dos homens, a história das mulheres não foi considerada de forma efetiva. Foi através de muitas lutas que as mulheres deram início aos questionamentos acerca da sua condição social.

Em relação ao ensino superior, Ribeiro (1996) aponta que:

Durante a segunda metade do século XIX, é possível perceber tentativas de brasileiras no sentido de “burlar” essa concepção, disseminada pelo sistema patriarcal da mulher reclusa no lar. Algumas mulheres pertencentes à elite imperial partiam para outros países em busca de educação superior (p. 27).

Sem aceitar as sugestões alheias às quais eram impostas e cansadas de serem submissas, várias mulheres, durante o século XIX fundaram jornais com o intuito de informar e fazer reivindicações em prol das necessidades femininas. A revista *Mensageira* foi a precursora, pois publicara periódicos com ideias novas. “Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher” (LOURO, 2012, p. 427). O contexto era tomado de um abandono educacional e ao mesmo tempo caminhava para o século XX. Havia escolas, a maioria destinada aos meninos. Eram escolas de ordens religiosas que ainda ensinavam para as moças “as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais [...]” (LOURO, 2012, p. 446).

Eram concepções de educações múltiplas, ainda, com divisões e diferenças. Uma grande parcela acreditava que não se fazia necessário oferecer informações e conhecimento para as mulheres. Era uma educação feminina, de cunho cristão e com forte apelo para a “sagrada missão” de ser mãe. Instala-se um ideal feminino que pregava o recato, o pudor, a perfeição moral da mulher. Sempre vista como frágil, a mulher tinha de ser protegida e controlada, portanto toda e qualquer atividade exercida fora do lar, representava risco para as suas funções sociais. Foi imposta “uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas”, conforme aponta Louro (2012, p. 455).

Ao mesmo tempo em que rompiam com os ensinamentos do lar, as escolas, também, continuavam vinculando conteúdos com a vida doméstica. As mesmas tinham de ser recatadas e não falar sobre a sua vida particular, isto é, deveriam ser discretas e dignas. A figura da professora daquela época era retratada por uma mulher solteira sem tempo para cuidar de si mesma, pois vivia pelos alunos. Eram mulheres de pouco sorrisos, uma pessoa severa que estava quase sempre de óculos. Não podiam manter contato físico com seus alunos e alunas.

Quanto à incompatibilidade do trabalho com o casamento e a maternidade, a mesma ocorria por ter de se dedicar ao lar e aos filhos e, ao mesmo tempo,

trabalhar. Às vezes, essa incompatibilidade se dava por constrangimentos durante uma gravidez, que poderia ser questionada pelos alunos. Enfim, foram muitas perseguições e opiniões acerca da postura que deveria ser adotada pelas mulheres brasileiras. Mas, como forma de resistir, a professora passa ser representada pela mulher que luta. Agora, como militante está “disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho” (LOURO, 2012, p. 474), causando um maior impacto social.

Como já mencionado, a mulher era submetida às atividades leves e delicadas em que não necessitasse esforço físico e mental. Quando menos abastadas, trabalhavam duramente, sem a menor possibilidade de acesso a qualquer forma de alfabetização, sempre sendo desvalorizadas. Porém, tais imposições foram questionadas, tanto que na década de 1970, com a presença de Movimentos Feministas⁷, a condição social da mulher brasileira passou a ser redefinida. E segundo Rago (2004, p. 36),

Contudo, numa avaliação mais otimista e mais atenta às mudanças do que às permanências, observa-se que são muitos os efeitos da contundente crítica que o feminismo realizou, nos últimos 30 anos, ao falocentrismo, isto é, às formas masculinas de organização social e de codificação da experiência, tanto ao desnudar sua dimensão sexista e misógina como ao propor a des-hierarquização do modo cêntrico de pensar, em que o universo feminino era inferiorizado.

No Brasil, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens (BRASIL, 2013, p. 22). Mesmo as mulheres do século XXI tendo conquistado alguns direitos, ainda existem tensões e conflitos de gênero, pois como ressalta Rago (2004, p. 40), algumas decisões femininas “ferem o código moral hegemônico masculino, bastante rígido e autoritário”. Isto é, mesmo depois de muitas conquistas dos seus direitos, ainda se identifica o machismo presente, seja por meio de humilhação social, assédio sexual, violência doméstica, estupro, discriminação no ambiente de trabalho (diferenças salariais para o mesmo cargo), das violências institucionais, presente até mesmo no ambiente acadêmico, entre outros.

Educação de Mulheres: na fronteira Brasil-Bolívia

Falar sobre educação e a vida das mulheres numa região de fronteira⁸, passa pela compreensão do que significa viver nesses territórios. Ainda que se apresente como espaço de circulação de produtos, turismo, importação e exportação, trânsito internacional de pessoas e entre outras atividades, as oportunidades de acesso ao estudo e as outras políticas públicas não se aplicam com facilidade para estas mulheres. As condições socioeconômicas são desiguais e o acesso ao estudo, seja no ensino básico ou na universidade, torna-se uma ferramenta de transformação pessoal e familiar.

Quando se refere às migrações, o Brasil tem como as experiências das mulheres vindas da Bolívia, que se encaminhavam aos grandes centros brasileiros, como à cidade de São Paulo, com o intuito de conseguirem um emprego, visando buscar melhores condições econômicas. Todavia, quando chegam aos seus destinos, as mesmas se deparam com condições precárias de trabalho (jornadas de 14 a 17 horas, ambientes pequenos e com pouca ventilação, clandestinidade e outros problemas). As bolivianas não têm os seus direitos trabalhistas assegurados, porém “como o patrão lhes paga as despesas da viagem ao Brasil”, as trabalhadoras precisam se dedicar ao trabalho, bem como serem submissas a essas condições (BASSANEZI, 2012, p. 179).

O reconhecimento da entrada das mulheres em fluxos migratórios forçou um avanço teórico que explicasse, além dos motivos de atração ou repulsão econômica, os fatores que levavam mulheres a migrar (PERES, 2012, p. 277). Neste sentido, o movimento feminista, em 1990, tem um papel muito importante, pois por meio dele estereótipos foram desconstruídos. As mulheres passam a ser protagonista dessa migração, portanto se tornam mais visíveis. Porém, ao que se refere ao mercado de trabalho “as bolivianas também são empregadas domésticas e se dedicam ao comércio”. Neste caso, o comércio é uma atividade, muitas vezes, de interesse apenas das mulheres. Como evidencia Bassanezi (2012), ao dizer que “na cidade fronteira de Corumbá (MS)⁹, por exemplo, são elas, e não os homens, que estão presentes nos balcões de lojas, nas barracas e bancas de feira¹⁰” (p. 180).

Por outro lado, na maioria das vezes sendo pobres, as bolivianas se apresentavam “com um nível de escolaridade geralmente baixo” (BASSANEZI, 2012, p. 179). O acesso à educação dos homens bolivianos em Corumbá é ligeiramente maior que o das mulheres. De fato, no ensino fundamental “as mulheres atingem em menores proporções os níveis mais elevados” (PERES, 2012, p. 292). Dessa forma, percebe-se que as desigualdades são ainda maiores quando as mulheres migram para outros países.

Metodologia

De caráter bibliográfico, este trabalho foi construído “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por se tratar de uma pesquisa sobre a trajetória educacional das mulheres no Brasil, “não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”. (GIL, 2002, p. 44 - 45).

Com isso, o presente trabalho foi realizado mediante levantamento bibliográfico nas bases de dados (Capes, Redalyc e Scielo), livros e sites. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Mulheres, Educação e Brasil. Este trabalho será realizado em três grandes momentos.

O primeiro momento realizado foi o levantamento de fontes. Seguido de leituras, análises e reflexões, bem como a revisão bibliográfica. Foi aplicado um breve questionário contendo 20 questões, que versaram sobre questões relacionadas à educação de mulheres, acesso e dificuldades aos estudos, questões sobre conhecimento do feminismo e considerações sobre a emancipação das mulheres por intermédio da educação. Conforme aponta Gil (2002 p. 114), “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”.

O questionário foi direcionado às acadêmicas de todos os cursos, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – *Campus* do Pantanal. Porém, apenas os cursos de Direito, História e Pedagogia aparecem nos registros sistematizados (apenas as acadêmicas desses cursos deram o retorno). Foram aplicados 100 questionários em espaços comuns da universidade, onde circulam pessoas dos vários cursos de graduação.

O questionário foi elaborado com 20 questões referentes ao momento vivido antes e durante a permanência na universidade. Foram apresentadas questões simples e objetivas, e, também dissertativas, para que as mulheres manifestassem suas opiniões. As questões foram construídas com o objetivo de compreender a realidade enfrentada pelas acadêmicas, particularmente, do curso de Pedagogia no município de Corumbá, uma vez que é ofertado em período integral e a cidade é localizada longe dos grandes centros e as condições de vida e organização das pessoas para estudar são bastante variadas.

Resultados

Portanto, no total foram coletados dados, originados de 25 questionários, distribuídos na UFMS/*Campus* do Pantanal, durante os dias 6, 7 e 8 de julho de 2016. Com base nos dados coletados, tem-se: Idade entre 16 e mais de 40 anos; uma do curso de Direito, uma de História e 23 de Pedagogia; estado civil; residentes na zona urbana e; 6 mulheres afirmaram ter filhos.

Sobre Impedimentos para Estudar

Apenas 2 (duas) acadêmicas disseram ter sido temporariamente impedidas de estudar, em função da localização de suas moradias. Ao que se refere ao impedimento quanto à questão de ser mulher, 1 (uma) relatou ter sido impedida de estudar, a mesma apontou “os filhos” como o motivo e 1 (uma) outra relatou que é o “assédio”. Porém, no sentido amplo (independente da moradia ou questão de gênero), as respostas foram as seguintes: gravidez, ausência da série/ano que desejava, greve (na universidade), trabalho, filhos pequenos/recém-nascidos, iniciação do trabalho muito cedo (para

ajudar a família), sem condições financeiras (para investir no ensino superior), doença, casamento e filhos, indecisão quanto à escolha do curso, conciliar o cuidar dos filhos com os estudos e não conseguir adentrar na universidade.

Ainda quanto aos “impedimentos” uma afirmação se sobressai, quando a acadêmica relata que:

Pelo simples fato de ser mulher, é muito complicado andar na rua sozinha, e o meu curso é noturno o que complica as coisas, sou usuária frequente do transporte público e por diversas vezes já fui assediada, o que gera medo e as vezes isso faz com que me impeça de ir a certos lugares em certos horários.

Em relação a “não ter filhos” as acadêmicas responderam que: não é o momento; falta tempo; não tenho condição financeira (no momento); algo para o futuro; continuação/parte dos pais/alegria da vida; dádiva/presente de Deus; estou ainda em fase de formação; não tenho condições psicológicas (no momento); por questões de saúde, mas irei adotar e; algo para quando casar. Destaca-se, ainda a seguinte resposta:

É uma coisa particular para cada mulher, eu tenho vontade de ser mãe, mas sei que isso não é uma regra padrão para todas. A mulher tem direito de querer ou não ser mãe, isso são escolhas próprias de cada uma.

Quanto à situação da mulher em nosso país, 3 entrevistadas disseram que melhorou, 18 que melhorou em partes, 3 que piorou e 1 que não percebeu nenhuma mudança.

Em relação à opção “melhorou”, as respostas foram as seguintes: “A mulher antes era vista em segundo plano, hoje podemos ter família e uma carreira, nós decidimos sobre a nossas vidas”; “Em relação ao passado as mulheres tiveram mais liberdade”. A outra não especificou.

No sentido do “melhorou em partes”, as respostas foram: salário inferior ao dos homens; aumento da violência contra mulheres; aceitação da mulher no mercado de trabalho; discriminação contra as mulheres; amparo da Lei Maria da Penha; maior acesso à educação. Destacamos, ainda, as seguintes respostas:

Não posso negar os avanços legais alcançados, o voto, leis protetivas, mas o que importa mesmo, que é o cerne da sociedade, a mentalidade, continua arraigada, sofri em casa pelo machismo, já vi minha mãe sofrer, vi coisa demais que me faz acreditar que é uma cultura que precisa ser desfeita. E vai demorar ainda, infelizmente, é costume, é normal, é automático ser dono da mulher, pior ainda, é o abuso psicológico mais normal ainda, toda mulher é a louca, histérica, e o homem consegue a fazer crer nisso. O primeiro passo é se empoderar.

Melhorou no sentido de haver uma melhor conscientização por parte das próprias mulheres, mas esse processo não alcançou todas, e ainda há muito preconceito na sociedade, e muito discurso de ódio ainda.

A mulher está conseguindo entrar no mercado de trabalho, onde antigamente não conseguia, mas infelizmente não há uma equiparidade de salários.

Sobre o feminismo, 3 entrevistadas não souberam dizer o que se trata; 9 afirmaram saber, mas que não se considera feminista; 12 confirmaram entender e se consideram feministas e 1 não opinou.

As mulheres que responderam o questionário expressaram feminismo e educação nos seguintes termos: emancipação feminina; o feminismo luta por direitos iguais e a educação tem importância no rompimento de estereótipos em relação à mulher; feminismo é o precursor quanto à educação para mulheres; luta por direitos da mulher e a educação amplia a visão de mundo na busca pela igualdade e democracia; o feminismo luta por direitos das mulheres e a educação possibilita conhecimento/discernimento para poder lutar; movimento essencial para buscar o acesso à educação das mulheres.

Neste sentido, duas respostas foram bem pertinentes:

Estão totalmente ligados. A educação rompe barreiras. É na escola, na faculdade que começam as lutas e os horizontes se abrem. Sem a educação a mulher continua submissa e dependente do homem. O feminismo abriu as portas da educação para as mulheres.

A educação sempre é a melhor maneira de conscientizar as pessoas, o que tornaria a sociedade mais consciente e menos preconceituosa quanto ao feminismo.

Quando perguntado se a “educação pode mudar a vida da mulher”, 23 (vinte e três) disseram que “sim”. As respostas mais frequentes foram: faz repensar e reconhecer sua importância/seu papel na sociedade; fortalece e liberta a mulher (autonomia, independência e consciência de si); melhora a questão financeira; muda a percepção de mundo e faz questionar (torna-se pensante e crítica); possibilita alcançar/traçar objetivos (para o futuro); possibilita conhecer/reconhecer seus direitos; possibilita o crescimento (e crescimento traz mudança) e; possibilita teorizar as lutas (por seus direitos).

Sobre o curso de Pedagogia (UFMS/Campus do Pantanal)

Conhecendo que o número de mulheres na graduação em Pedagogia é superior em relação à presença de homens foi perguntado se o curso pode ser considerado “feminino” e, neste sentido, 8 (oito) mulheres concluíram que “sim”, 1 (uma) não soube opinar, 13 (treze) disseram que “não” e 1 (uma) escolheu a opção “outro” (com as seguintes respostas).

Há mais presença de mulheres, porém não há (não deveria haver) distinção de gêneros (em qualquer curso).

Ambos podem cursar Pedagogia.

Há mais mulheres devido aos estereótipos.

Acerca da ausência de homens no curso, foi perguntado o que precisa ser feito para que mais homens ingressem no curso de Pedagogia (UFMS - Campus

do Pantanal). Majoritariamente foi apontada a necessidade de rompimento de estereótipos (Tabela 1).

Tabela 1 - Sobre a participação de mais homens no curso de Pedagogia

Apontamento	Número de respostas
Ser mais divulgado	02
Rompimento de estereótipos	21
As duas alternativas	01
Não soube responder	01

Em relação a pergunta: *“Você gostaria de discutir questões de gênero da universidade?”*, 20 mulheres disseram que “sim”. Dentre elas, 16 sugeriram que a Universidade instituisse uma disciplina “obrigatória” e os seguintes temas:

- A mulher na sociedade;
- A trajetória da mulher na educação;
- Educação e saúde das mulheres;
- Estereótipos;
- Gênero na infância/educação infantil (pois é o início da formação dos indivíduos);
- Gênero nas escolas;
- Grandes mulheres do Brasil e do mundo;
- Homofobia, feminismo e machismo;
- Igualdade de direitos (independente do gênero);
- Inclusão das mulheres (em todos os espaços);
- Mídia machista;
- Patriarcado;
- Sexualidade e gênero (diversidade de gêneros, identidade de gêneros^{XI});
- Violências contra mulheres.

Algumas considerações e a certeza de que muitos outros estudos ainda serão necessários

Quanto ao perfil das mulheres que responderam ao questionário, com faixas etárias variadas, fica evidenciado que a idade não é um empecilho com relação à entrada/permanência no ensino superior, porém questões como “filhos” e

“casamento”, ainda, aparecem como um impedimento temporário, em vários momentos durante o processo de educação formal. Isto é, ao que se refere à percepção da “situação da mulher em nosso país”, fica explícito a questão de retrocesso, mesmo que há reconhecimento de melhorias. Uma vez que ainda sofremos com estereótipos quanto ao nosso gênero.

Mesmo passando-se algum tempo, desde a introdução de pessoas do sexo feminino na educação no Brasil, percebe-se ainda certa indiferença acerca dos direitos das mulheres em ter acesso à educação, a questão de aprender as prendas domésticas continuava sendo prioridade, porque julgavam que “o domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas” (LOURO, 2012, p. 446). Outros estudos realizados em relação a essa temática apontam que a Educação foi, e continua sendo, um fator de extrema importância no que se refere a proporcionar igualdade e cidadania para as mulheres.

Dentre as repostas acerca do “Feminismo e Educação” algumas mulheres conseguiram associar os dois fatores como fundamentais no processo de busca pela emancipação delas, o que denota uma maior conscientização por parte das mais jovens. Neste sentido, a educação é vista como um direito de todos; que está para além dos “privilégios”, apontado que precisa ser de acesso de todos (sem distinção de gênero ou pelos chamados ‘impedimentos’).

Quanto à questão de se considerar “privilegiada” ou não por poder estudar em uma universidade, destaco aqui as seguintes respostas: “O “privilégio” está quando sai nas redes sociais *Mulher Recatada e Do Lar*¹² e eu estou aqui estudando”, remetendo assim ao retrocesso quanto ao papel da mulher na sociedade, que foi amplamente discutido nas mídias sociais neste ano.

Ainda, em algumas respostas, foi colocado que ‘privilégio’ é visto como “uma palavra um tanto complexa para se aplicar em alguns contextos. Sinto-me um tanto envergonhada por me sentir privilegiada, pois sei que infelizmente as pessoas não têm as mesmas oportunidades na Educação”.

Ainda sobre o “Feminismo e Educação”, mesmo que algumas mulheres não tivessem afirmado serem “feministas” ou disseram não saber “do que se trata”, ou quando se referem aos discursos emancipatórios do feminismo, reconhecem a importância da educação para o rompimento dos estereótipos referente às condições impostas para as mulheres durante tantos séculos e na atualidade, seja na região da fronteira, seja em outros lugares.

Diante dos dados levantados, ainda que resumidos, seja pela pouca adesão, que se considera falta de hábito de responder enquetes no espaço acadêmico, fica evidente que a educação se apresenta como um fator importante, principalmente, para as

mulheres lutarem por seus direitos. A Educação¹³ que, como um processo, por séculos foi se constituindo por meio de preconceitos, “segregação sexual das escolas”, bem como por um “ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser restrita que a dos meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe”, segundo Fúlvia Rosemberg (2012, p. 334). A educação formal que aos poucos foi oferecida e que possibilitou para as mulheres inúmeras conquistas, bem como o reconhecimento como ser humano, a inserção em diversos espaços, a aquisição de conhecimentos, a percepção e transformação da sua situação, a criticidade e reflexão, e, principalmente, o conhecimento e reconhecimento do seu papel na sociedade, como apontada na seguinte resposta:

Acredito que evoluímos, mas temos muito pra conquistar, pelo que lutar. Acredito que a educação formal contribuiu para essa mudança. Mulheres mais críticas, reflexivas contribuíram para essas mudanças.

Com base nos dados levantados, esta pesquisa – mesmo sendo aplicada com uma pequena parte das acadêmicas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no Campus do Pantanal, aponta para questões bem pertinentes e ainda reais quanto à desigualdade entre homens e mulheres, principalmente, no acesso à educação. Ainda que o curso de Pedagogia seja o curso com maior número de mulheres matriculadas, a percepção de autonomia precisa ser mais discutida, tratada com maior importância, seja no espaço público, aqui nesse caso, a universidade, sejam nos espaços privados, nas suas casas e nas suas famílias.

Os desafios para que as mulheres prossigam estudando, evoluindo socialmente, progredindo no mundo do trabalho ou ocupando espaços de poder, se apresentam com muita evidência, apontando que as políticas públicas devem estar disponíveis para elas, que a academia pode e deve estruturar espaços de formação que sejam ampliados em variadas perspectivas. Outras problemáticas foram levantadas nesse breve estudo, ficando assim, propostas para mais análises e para as pesquisas futuras.

Referências

- ALMEIDA; BOSCHETTI. *Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil: fragmentos do passado histórico (1846/1930)*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644459005> Acesso em: 29/06/2016
- BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 160 p.
- BRASIL, Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

PERES, Roberta Guimarães. Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, R. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf. Acesso em: 26/05/2016.

RAGO, Margareth. Ser Mulher no Século XXI: ou Carta de Alforria. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil – fragmentos do passado histórico (1846/1930). *Revista Nuances*, Valli, Set., 1996. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644459005>. Acesso em: 29/06/2016

ROSEMBERG, Fúlvia. EDUCAÇÃO FORMAL, MULHER E GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *Estudos Feministas*, fev, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Enfoques e abordagens: educação e gênero no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (11) nov, 1994.

_____. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>. Acesso em: 26/04/2016.

SOUZA, Roosilenny dos Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. O ensino secundário em Corumbá – Sul de Mato Grosso (1928-1940). *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 3, n. 2, junho de 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613007008>. Acesso em: 04/07/2016

Sites Visitados:

Empoderamento Feminino Sem Fronteiras. Global Education Magazine. Disponível em: <http://www.globaleducationmagazine.com/empoderamento-feminino-sem-fronteiras/>. Acesso em: 28/04/2016.

ONU MULHERES. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em 29/04/2016.

(Endnotes)

1 O Curso de Pedagogia iniciou na UFMS/Campus do Pantanal em 1967. O curso de Pedagogia da UFMS – Campus do Pantanal é de modalidade em Licenciatura Plena, que confere ao acadêmico o título de Licenciado em Pedagogia. O curso é de mobilidade de ensino Presencial (Semestral - por 4 anos) e funciona em período integral. Ver mais em: <http://cpan.sites.ufms.br/pedagogia/historico/>

2 Assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945 após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>

3 Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/definicao/>

4 Foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948. Documento disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>

5 Documento que obrigada os governantes a assegurarem os objetivos e as metas de Educação para Todos (EPT). Este documento tem como precedente a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, em 2000. Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>

6 Na Reforma Pombalina, quando a educação era função da Companhia de Jesus e que se articula da mesma, mas, ainda está dependente dos padres católicos, pois o Governo tinha dificuldade em “recrutar mestres eficientes”. (AMEIDA; BOSCHETTI, 2012, p. 226)

7 Os Movimentos Feministas lutaram (lutam) pela igualdade entre os gêneros. Ver mais em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>

8 Entende-se por fronteira a região que compreende 4 (quatro) cidades, sendo elas Corumbá e Ladário (cidades brasileiras) e Puerto Quijarro e Puerto Suárez (cidades bolivianas).

9 “(...) cidade localizada no extremo ocidental do estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. É uma das cidades mais antiga do estado. Limita-se territorialmente a Leste com Ladário-MS, pelo lado brasileiro, e a oeste com Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, da província Germán Busch, departamento de Santa Cruz, no lado oriental boliviano. Conta com quase 100 mil habitantes e fica a 430 km da capital do estado, Campo Grande. Um aspecto diferenciado é que Corumbá e Ladário estão a mais de 200 km da cidade brasileira mais próxima (Miranda-MS), separadas/unidas pelo Pantanal, e a menos de 10 km das cidades bolivianas fronteiriças”. (COSTA, 2013, p. 66).

10 “A feira livre de Corumbá sempre foi regulamentada para funcionamento por algum decreto ou projeto de lei” ao longo do tempo. Ver *FEIRAS LIVRES DE CORUMBÁ-MS: TERRITÓRIOS DE ENCONTROS FRONTEIRIÇO*, disponível em: <http://sef.ufms.br/v/wp-content/uploads/2015/09/3-Anderson-Lu%C3%ADs-do-Esp%C3%ADrito-Santo.pdf>

11 Independente do sexo biológico (feminino ou masculino) ou orientação sexual (heterossexual, homossexual, etc.), e sim, como a pessoa se sente e se apresenta perante a sociedade.

12 Menção à matéria da Revista Veja publicada, no Brasil, em 18/abril/2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>, que remete a um modelo ideal de mulher, que não condiz com a realidade brasileira, onde as mulheres deste tempo histórico buscam avanços e mais direitos.

13 Educação escolar autorizada em 1827 pela Lei Geral do Ensino (restrita às escolas femininas de primeiras letras), que foi rompida pela legislação em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passando de profissionalizante para o acesso ao Ensino Superior.